

CHACINA DA LAPA 30 ANOS

***A democracia renasceu à custa
de muitas lutas e muitas vidas!***

Expediente

Edição e produção: Instituto Maurício Grabois

Organizador e editor: Adalberto Monteiro

Colaboradores: Edvar Luiz Bonotto, Pedro de Oliveira, Osvaldo Bertolino

Revisão: Maria Lucília Ruy

Diagramação e capa: Andocides Bezerra

Fontes pesquisadas: Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp);
jornal *A Classe Operária*, nº 112, janeiro de 1977

Data desta edição: 11 de dezembro de 2006

Instituto Maurício Grabois (IMG)

Rua dos Franceses, nº 04

Morro dos Ingleses

São Paulo/SP

CEP 01329-010

Fone/fax: (11) 3266-5805

Endereço eletrônico: imgbrasil@vermelho.org.br

ÍNDICE

- 05** **Preservar e ampliar a democracia conquistada pelas jornadas heróicas**
Adalberto Monteiro
- 07** **Que as novas gerações saibam a dimensão da luta pela liberdade!**
Renato Rabelo
- 11** **Para não mais esquecer: 30 anos da Chacina da Lapa**
Augusto Buonicore
- 17** **A Chacina da Lapa e a luta democrática**
Aldo Arantes e Haroldo Lima
- 23** **Notas biográficas de Pomar, Arroyo e Drummond**
- 31** **Elza Monnerat**
Nota do Secretariado Nacional do Partido Comunista do Brasil
- 34** **Sangue em Flor**
Canção em homenagem às vítimas da Chacina da Lapa

PRESERVAR E AMPLIAR A DEMOCRACIA CONQUISTADA PELAS JORNADAS HERÓICAS

Adalberto Monteiro

(Presidente do Instituto Maurício Grabois)

Nas décadas de 1960 e 70 truculentas ditaduras militares infestaram a América Latina. Elas sufocaram uma promissora onda democrática que banhava vários países. Em Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia, entre outros, as correntes progressistas e democráticas, com destaque para os comunistas, empreenderam heróico combate e gloriosa resistência ao arbítrio.

Hoje, quando um vigoroso movimento democrático, popular e patriótico ganha força ascendente na América Latina, quando o Brasil adentra ao quinto ano do ciclo democrático e progressista aberto com a vitória de 2002 e confirmado com a vitória de 2006, é importante resgatar e valorizar as jornadas que libertaram os países da América Latina das mãos sangrentas de regimes tiranos.

A “Chacina da Lapa”, perpetrada por órgãos de repressão da ditadura militar com o objetivo de aniquilar a direção do Partido Comunista do Brasil, em 16 de dezembro de 1976, é um episódio trágico, covarde e simboliza que a democracia renasceu, em 1985, à custa de muitas lutas e de muitas vidas. Simboliza também a presença perene dos comunistas na jornada de amplos setores progressistas que, ao longo da história, lutam para que efetivamente tenhamos uma República democrática.

O legado dos comunistas à causa democrática abarca idéias, atuações políticas e sociais e muitas lutas. E também um grande número de heróis. Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, João Batista Drummond, assassinados no massacre da Lapa, integram honrosamente a galeria dos comunistas que tombaram lutando pelo Brasil, pela democracia, pelos direitos do povo e pela grande causa socialista.

Agora, na passagem dos trinta anos da Chacina da Lapa, ao celebrarmos a gloriosa luta pela democracia e a memória dos que por ela tombaram, deparamo-nos com um desses paradoxos da história. Exatamente quando desponta um Brasil mais democrático com a reeleição do presidente Lula, entra em vigor uma lei de cunho autoritário, a cláusula de barreiras, que pretende excluir do parlamento legendas progressistas – e justamente o Partido Comunista do Brasil que tantas lutas travou pela democracia. Neste

particular, convém lembrar a correta análise histórica de João Amazonas segundo a qual toda vez que os comunistas foram alvos de ataques e discriminações a própria democracia sofreu mutilações.

Preservar a democracia, ampliá-la, consolidá-la, libertá-la de excrescências como essa cláusula de barreiras, é um dever de todos nós herdeiros da luta de Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Drummond e de tantos outros brasileiros que morreram na luta pela democracia.

Chacina da Lapa:

QUE AS NOVAS GERAÇÕES SAIBAM A DIMENSÃO DA LUTA PELA LIBERDADE

Renato Rabelo

(presidente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB)

Dentre tantas reflexões a se suscitar sobre a Chacina da Lapa – agora completando seus trinta anos de história –, é preciso mostrar às novas gerações a dimensão e o papel que teve a resistência ao regime militar. Tal resistência consegue mobilizar forças significativas, sobretudo da juventude, num momento de grandes dificuldades para o povo e para a pátria. Além dessa dimensão histórica, há um segundo aspecto a ressaltar: nesse período a direção teve de conduzir o Partido de fora do país, devido às condições adversas criadas após a Chacina. A terceira questão envolve um aspecto notável sobre os três companheiros assassinados (Pomar, Arroyo e Drummond), que formam três gerações de lutadores. Esse aspecto é emblemático porque mostra como o Partido conseguiu juntar gerações diferentes na luta contra o regime militar.

O episódio da Lapa mostra ainda o custo pago para a redemocratização do país. O Partido Comunista do Brasil atuou em todos os níveis nesse período, tanto no plano político geral, no movimento popular (em que teve uma influência muito grande no movimento da juventude e no movimento estudantil), quanto na resistência armada. Ou seja, o Partido esteve em todas as frentes de luta e dessa maneira deu sua contribuição para o enfrentamento à ditadura.

A RESISTÊNCIA: A JUVENTUDE SE DESTACA

Lembro-me muito bem de João Amazonas falando: “Para eles o perigo hoje é a juventude. Eles procuram o jovem!”. A juventude e os estudantes foram a força-motriz importante na luta contra a ditadura. Quando ocorreu o episódio da Lapa, estava em curso uma importante jornada de resistência na história do país. A ditadura militar durava havia mais de 10 anos. E essa resistência correspondeu a um anseio muito forte na época – sobretudo no seio da juventude – de liberdade e democracia. Uma luta abnegada marcou esse momento e uma grande quantidade de estudantes deixou escolas e universidades para se dedicar à causa – um fato talvez inédito na história política brasileira.

A ditadura enfrentou a resistência de maneira sangrenta – deixou uma série de mártires e de heróis. Pessoas que simplesmente foram fuziladas, outras morreram na tortura, outras no combate... É importante o resgate desse movimento porque talvez as pessoas de hoje não tenham idéia do nível dessa batalha e como o regime tendeu a uma ação fascistizante à medida que a resistência ia crescendo.

A CHACINA

Exatamente em 1976, no bojo da resistência, ocorre a Chacina da Lapa, em que uma parte da direção central do PCdoB foi atingida pela repressão. Na realidade, o objetivo da ditadura era tentar aniquilar este núcleo dirigente porque, dos partidos de esquerda, o PCdoB foi aquele que conseguiu sobreviver minimamente e comandou a maior resistência armada ao regime: a Guerrilha do Araguaia. Assim, ele passou a ser o alvo prioritário do regime militar. Os agentes do regime perseguiram esse alvo. Por meio da delação de Jover Telles, eles conseguiram localizar a reunião de uma parte do grupo dirigente comunista. Com o objetivo de aniquilar tal núcleo e, sobretudo, sabendo que nessa reunião estaria presente João Amazonas, as forças da repressão invadiram a casa no bairro da Lapa em São Paulo em 16 de dezembro de 1976. Companheiros da direção que já haviam deixado a reunião foram presos, e os que se encontravam no interior da casa foram sumariamente assassinados – entraram atirando e as pessoas não tiveram oportunidade de reação. O objetivo era matá-las sumariamente. Talvez, essa tenha sido a última ação mais importante da ditadura contra a resistência na época.

Para as forças da repressão, João Amazonas estava no Brasil, porque o delator não sabia que ele estava fora do país. Aliás, para o delator, Amazonas estaria na reunião, porque segundo a decisão de que ele participou, na reunião anterior, Pedro Pomar é que deveria viajar para compromissos fora do Brasil. Mas, de última hora aconteceram problemas na família de Pomar e Amazonas teve de ir em seu lugar. João Amazonas, Dyneas Aguiar e eu estávamos exatamente na China. Porque além de um congresso no Exterior, estava programada uma viagem de nosso Partido à China, a convite do Partido Comunista local. Isso aconteceu em dezembro de 1976 (logo depois da morte de Mao Tsetung). Lá fomos comunicados pelo Partido Comunista da China sobre a invasão da casa em que o Partido se reunia em São Paulo. Para nós este acontecimento teve um impacto muito grande.

Em 1976 o Brasil entrava numa fase a que podemos chamar de declínio da ditadura, de derrota política e moral da própria ditadura, imposta pela resistência. Isso levou a que o regime, sobretudo a partir do governo Geisel,

buscasse uma saída para a situação. Nessa época, ele definiu o caminho de uma abertura chamada “lenta, gradual e segura”. Para isso, seria necessário exterminar o que existisse de força política de esquerda, talvez mais consequente e que, para eles, a que de fato levou ao enfrentamento maior contra a ditadura. Então, isso também reforça essa idéia de tentar pelo menos aniquilar, ou até neutralizar, essa força política no processo de abertura. Segundo comentários de jornalistas, na época, os generais tinham feito uma espécie de juramento para destruir o Partido, porque eles não engoliam a resistência, sobretudo a do Araguaia. Tanto é verdade que houve censura em todos os níveis à resistência armada do Araguaia e a imprensa não podia noticiar nada. O próprio Exército não reconheceu a luta que ele fazia contra a guerrilha. Portanto, houve uma espécie de censura draconiana sobre esse acontecimento. Prova disso é a mobilização por parte da repressão e do Exército de grandes forças para conter a resistência. Eles foram obrigados a fazer três grandes operações, às quais chamavam de cerco e aniquilamento. Então, as Forças Armadas fizeram um grande investimento para destruir a Guerrilha. Isso, evidentemente, levou os generais a intentarem destruir esse partido, uma vez que o núcleo da direção da Guerrilha era do Partido.

DIRIGINDO O PARTIDO DO EXTERIOR

Em função das mortes dos dirigentes na Lapa, tivemos de mudar de planos, na época, porque estávamos na China e não poderíamos mais voltar ao Brasil, pois havia sido atingida a maior parte do núcleo dirigente do Partido. Não havia nenhuma segurança para a volta. Isso nos levou – tanto Amazonas, quanto Dyneas e eu – a, de forma forçada, ficar exilados (só retornamos com a Anistia, no final de 1979). E então fomos obrigados a, de fora do país, tentar retomar os contatos com os companheiros. De fato nos tornamos um núcleo dirigente. Remontar o núcleo dirigente e começar a conduzir o Partido lá de fora foi nosso desafio. Começamos a fazê-lo entre a Albânia e a França, e o período em que estivemos exilados ficamos na França. O próprio jornal *A Classe Operária* passou a ser escrito por nós. Foi um trabalho difícil, complicado, penoso, paciente, de recomposição da organização. Até que conseguimos recompor e manter contatos para realizar aquilo que se constituiu no primeiro fórum de reconstrução partidária: a 7ª Conferência, ocorrida no exterior com os dirigentes principais que estavam fora da prisão. Este encontro aconteceu na Albânia, em 1978. Em 1979 veio a anistia, quando finalmente retornamos ao país. A nossa volta, então, dá início ao processo de reconstrução partidária. Essa reestruturação foi necessária porque o partido havia perdido 11 dirigentes do Comitê Central, além de uma série de quadros mortos no Araguaia.

POMAR, ARROYO E DRUMMOND... TRÊS GERAÇÕES DE LUTADORES

Falar de Pomar, Arroyo e Drummond é uma forma de rendermos homenagem aos heróis e mártires desse período. Papel destacado, evidentemente, tiveram vários dirigentes partidários. No caso deles é importante considerarmos que cada um representa uma de três gerações.

Pedro Pomar – na época com 63 anos de idade – é da geração de João Amazonas, que reorganizou o Partido em 1943. Pomar vinha do Pará e desenvolvia atividade intelectual. Também foi um dos reorganizadores do Partido em 1962. Por ser de formação intelectual e um comunista de grande experiência deu grande contribuição à orientação do Partido. Ele dominava várias línguas e traduziu o livro *Ascensão e Queda do III Reich*, em três volumes, e contribuía com várias traduções de livros importantes. Era um homem de uma longa e destacada militância, dedicada inteiramente ao Partido em aproximadamente 40 anos.

Ângelo Arroyo tem origem operária, de família espanhola que teve papel importante nas lutas operárias de São Paulo no início do século passado. Um operário que se ilustrou no Partido. Ele já é de uma geração posterior à de Amazonas e de Pomar e tinha 48 anos. Arroyo foi formado pelo Partido e passou a escrever com muito talento nesta tarefa.

Por fim, João Baptista Drummond pertence a uma outra geração ainda. Era mais jovem. Ele veio da Ação Popular e integrou o Partido com a junção da AP. Isso ocorre exatamente no início da Guerrilha do Araguaia, por volta de 1972. Era uma pessoa jovem, na época da Chacina estava com 34 anos de idade.

O assassinato desses três companheiros, num mesmo episódio histórico, é emblemático porque é representativo de três gerações de comunistas. Cada um com sua origem, com seu papel, mas todos engajados na causa democrática e revolucionária.

PARA NÃO MAIS ESQUECER: 30 ANOS DA CHACINA DA LAPA

No Brasil de Geisel ainda se torturava e se matava

Augusto César Buonicore

(historiador e membro do Comitê Central do PCdoB)

“**C**omunico-lhe que o seu PCdoB acabou!”. Esta frase dita por um policial-torturador ao dirigente comunista Haroldo Lima um dia após sua prisão. Ela mostra bem a arrogância dos agentes da ditadura militar. Os fatos, porém, pareciam confirmar aquele trágico anúncio. Um jornal do dia 17 de dezembro, ecoando a opinião do regime discricionário, também estampava: “O PCdoB foi destruído”. Esta não seria a primeira vez que frases como essas seriam pronunciadas e impressas com destaque na grande imprensa.

No dia anterior (16 de dezembro), numa verdadeira operação de guerra, os órgãos de segurança invadiram uma casa modesta – localizada na Rua Pio XI, nº 767 no bairro da Lapa em São Paulo – e assassinaram friamente dois dos mais importantes dirigentes comunistas brasileiros: Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Poucas horas antes outro dirigente, João Batista Drummond, havia sido morto durante uma sessão de tortura no DOI-CODI paulista no mesmo dia de sua captura, ocorrida em 15 de dezembro. Pela versão mentirosa da ditadura, Ângelo e Pedro haviam resistido à prisão e João Batista havia sido atropelado ao tentar fugir da polícia. Este foi o último massacre de militantes de organizações da esquerda que combatiam o regime de 1964.

Apesar de sua importância para a história brasileira, este acontecimento é ainda pouco conhecido. Tornou-se quase um senso comum a idéia de que o último assassinato político cometido pela ditadura teria sido o que vitimou o jornalista Wladimir Herzog em 23 de outubro de 1975 ou mesmo o assassinato do operário Manoel Fiel Filho, ocorrido nas mesmas condições menos de três meses depois. Os assassinatos desses dois militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ocorridos cerca de um ano antes do trágico acontecimento da Lapa, tiveram grande repercussão e desencadearam protestos de amplos setores da sociedade brasileira e no Exterior. O escândalo levou à demissão do comandante do II Exército, general Ednardo Mello. Este representava o setor mais truculento do regime e se opunha à “abertura lenta, gradual e segura” apregoada pelo presidente Ernesto Geisel. Ednardo foi

substituído pelo general Dilermando Monteiro, considerado um membro da ala liberal do regime.

Para muitos, esta mudança de comando teria consolidado a transição para a democracia e colocado um fim ao terrorismo de Estado, iniciado em abril de 1964 e radicalizado com a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968. No entanto, a Chacina da Lapa seria um duro desmentido a esta tese. No Brasil de Geisel e Dilermando ainda se torturavam e se matavam aqueles que ousassem desafiar o poder militar. Durante aquele governo dito liberal, por exemplo, foram assassinados os últimos guerrilheiros do Araguaia e iniciou-se a operação de extermínio da direção do PCB.

ENTRE NÓS UM TRAIADOR

A casa onde se reunia a direção nacional do Partido Comunista do Brasil somente pôde ser descoberta graças à colaboração de um traidor chamado Jover Telles. Ele era membro do Comitê Central do Partido e havia sido preso pouco tempo antes, sem que ninguém soubesse, e concordou em colaborar com os órgãos de repressão na captura dos seus camaradas.

Um agente da repressão confirmou que Jover havia sido preso no Rio de Janeiro três meses antes e decidido colaborar para o desmonte da direção partidária “em troca de bom tratamento e emprego para ele e sua filha na fábrica de armas Amadeo Rossi, no Rio Grande do Sul”. Em 1996 Jover Telles foi candidato a vereador pelo PPB de Paulo Maluf na pequena cidade que, ironicamente, chamava-se Arroio dos Ratos.

Conforme revelado no livro *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*, de Taís Morais e Eumano Silva, em 8 de dezembro Jover Telles dava um depoimento cordial aos órgãos de repressão e no dia 11 se apresentava no ponto em que deveria ser pego e transportado para o local onde ocorreria a reunião da Comissão Executiva do PCdoB. Esta se realizou entre 12 e 13 de dezembro e no dia seguinte teve início a reunião do Comitê Central.

Mesmo sabendo que a casa estava cercada e os membros da direção comunista poderiam ser presos e até mortos dentro de poucas horas, ele calmamente participou de toda a reunião e durante os debates ainda se colocou entre aqueles que mais duramente criticaram a experiência armada ocorrida na região do Araguaia.

Em 15 de dezembro, quando os participantes da reunião começaram a abandonar o local, sempre conduzidos por Elza Monnerat e o motorista Joaquim Celso de Lima, o cerco policial se fechou e foram iniciados as prisões e o frio extermínio dos dirigentes comunistas. Foram aprisionados, e depois barbaramente torturados, cinco membros do Comitê Central, Elza Monne-

rat, Aldo Arantes, Haroldo Lima, Wladimir Pomar, João Batista Drummond, além de dois militantes: Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade. José Novais, que teve a sorte de sair junto com Jover Telles, foi o único participante da reunião, além do traidor, a não ser preso. Se apenas Jover escapasse ileso atrairia a atenção sobre ele.

Na manhã do dia 16 de dezembro iniciou-se o derradeiro ataque contra a casa onde ainda se encontravam dois membros do Comitê Central: Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Segundo testemunhas, eles estavam desarmados e não lhes foi dada nenhuma chance de defesa. A repressão chegou atirando. O corpo de Pomar tinha cerca de 50 perfurações de bala.

A polícia política remontou a cena do massacre, colocando armas ao lado dos corpos inermes, e divulgou a falsa versão de que haviam sido mortos durante um intenso tiroteio. Já em plena abertura política, a maioria dos órgãos da grande imprensa vendeu a versão oficial, sem grande contestação.

CERCO E ANIQUILAMENTO

Nesta operação policial-militar, a repressão também pretendia assassinar João Amazonas, como se depreende da entrevista de Dilermando Monteiro, publicada em 13 de dezembro de 1978 na revista *ISTO É*. Nela o general afirma: “Nós descobrimos que naquele dia iria haver uma reunião em tal lugar, com a presença de tais e tais elementos, e aí fomos um pouco embromados, porque constava para nós que o João Amazonas estaria presente e o mesmo estava na Albânia, mas para nós ele estaria presente naquela reunião”.

Pedro Pomar deveria ser o membro da direção que viajaria para China e Albânia para informar da derrota da guerrilha e participar do congresso do Partido do Trabalho da Albânia (PTA). Mas, a doença de sua esposa o fez trocar de lugar com João Amazonas. A viagem não planejada, nem desejada, salvou-o de uma morte certa. Amazonas e Pomar iniciaram sua amizade e militância em Belém do Pará, ainda na década de 1930. Foram deputados federais e responsáveis pela reorganização do Partido no final do Estado Novo e no início da década de 1960 quando houve a grande cisão do movimento comunista brasileiro.

No final de 1976 o PCdoB era a única organização revolucionária clandestina que ainda se mantinha minimamente organizada, com uma direção nacional que conseguia se reunir periodicamente e um jornal, *A Classe Operária*, circulando com certa regularidade. Para os generais, seria preciso primeiro limpar o terreno político da presença indesejável das organizações de esquerda, especialmente comunistas, para depois implantar seu modelo de democracia, restrita e elitista.

A repressão, após destroçar as organizações que promoveram a guerrilha urbana, partiu para desmantelar o Partido que realizou o principal movimento guerrilheiro contra a ditadura militar: a Guerrilha do Araguaia. Entre dezembro de 1972 e março de 1973 foram assassinados os dirigentes comunistas Carlos Danielli, Lincoln Cordeiro Oest, Luiz Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque. Nos anos seguintes, entre 1974 e 1975, tombaram Ruy Frazão e Armando Frutuoso. Todos morreram sob tortura.

O ódio dos generais reacionários contra o Partido que havia dirigido a experiência guerrilheira no Araguaia era enorme. Destruir o PCdoB era o sonho obstinado desses senhores. Um sonho que, aparentemente, havia se realizado naquela manhã de 16 de dezembro de 1976.

A notícia do crime correu o mundo e aconteceram várias manifestações de protesto em vários países. Destacam-se a moção do PC da China e a do Partido do Trabalho da Albânia. Em Portugal ocorreu um grande ato que reuniu milhares de pessoas em repúdio ao massacre da Lapa e exigia a liberdade dos presos políticos. Um manifesto, com 40 mil assinaturas, também foi entregue ao embaixador brasileiro em Lisboa. A mais bela homenagem foi a música *Sangue em Flor*, composta para os mártires da Lapa. Sua última estrofe diz: “Oito vidas na prisão/ Com planos de justiça e pão/ Nas mãos sangrentas da tortura/ Não há sol na ditadura/ Nem sangue que vença a razão”.

TAL QUAL A FÊNIX

Passados 30 anos o sonho das elites conservadoras se transformou num pesadelo. O Partido Comunista do Brasil não só sobreviveu como se fortaleceu. Menos de dois anos depois do massacre, em 1978, o Partido já estava reorganizado e realizava sua VII Conferência Nacional. Ela o armaria, teórica e politicamente, para participar e influir nas grandes lutas populares e democráticas que eclodiriam no país no final da década de 1970 e início da de 1980. O Partido teve participação destacada na luta contra a ditadura militar, pela anistia, contra a carestia, em defesa dos direitos sociais dos trabalhadores, pelas Diretas Já! e pela vitória do candidato único da Oposição, Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral. Em 1985, com o fim da ditadura militar, conquistou sua legalidade. Milhares e milhares de trabalhadores e estudantes viriam a engrossar as fileiras do Partido dos mártires do Araguaia e da Lapa.

Os militantes do PCdoB estão à frente das duas maiores entidades estudantis do país – a UNE e a Ubes. Dirigem a Conam. Dirigem importantes sindicatos e têm ampliado o seu espaço na Central Única dos Trabalhadores, na qual têm a vice-presidência.

Mas hoje, o PCdoB não tem apenas uma forte influência no movimento social, mas progressivamente ganha espaço no Parlamento e nas várias instâncias do Poder Executivo. Exerce importantes responsabilidades nas instituições da República, a exemplo da presidência da Câmara dos Deputados, com o deputado Aldo Rebelo, e do Ministério do Esporte do governo Lula, com Orlando Silva Junior. Nas eleições de 2006 para o Congresso Nacional, o PCdoB elegeu uma bancada de 13 deputados federais e um senador da República, o cearense Inácio Arruda – acontecimento só visto em 1945 por ocasião da eleição de Luis Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança. O PCdoB tem ainda vários prefeitos, secretários estaduais e municipais; além de diversos parlamentares nas Assembléias Legislativas e cerca de três centenas de vereadores.

O XI congresso do PCdoB, realizado em outubro de 2005, afirmou em alto e bom tom que o PCdoB vive, floresce e se capacita a cada dia mais para ser a força dirigente do processo de transformação social de que tanto necessita a nação brasileira. Ele reuniu mais de mil delegados representando 70 mil militantes. Nele, estiveram presentes 45 organizações comunistas e progressistas de todas as partes do mundo. Isto mostra o prestígio internacional angariado pelo Partido.

Este congresso foi uma prova viva de que os homens e as mulheres que pertenceram a esta organização e morreram defendendo a democracia, a soberania nacional, os direitos sociais dos trabalhadores e o socialismo continuam vivos no coração de cada militante da causa social, que são motivo de orgulho do nosso povo. Quanto àqueles que os prenderam, torturaram e assassinaram estão mais mortos que os próprios mortos e são obrigados a viver nas sombras. Seus nomes não podem nem mesmo ser pronunciados. Pelo contrário, ao chamado de cada nome dos heróis da Lapa e do Araguaia, responderemos sempre e em uma só voz: Presente!

A CHACINA DA LAPA E A LUTA DEMOCRÁTICA

Aldo Arantes e Haroldo Lima

(membros do Comitê Central do PCdoB, presos na operação da Chacina da Lapa)

Foi destacada a atividade do Partido Comunista do Brasil na luta pela reconquista da democracia em nosso país. Enfrentou a ditadura desde sua implantação, esteve junto ao povo na linha de frente de batalhas cruentas, participou na organização da resistência armada e na elaboração das diretrizes ajustadas às fases da luta. Quando a gente brasileira conseguiu pôr fim ao arbítrio e partiu para as comemorações da vitória, também aí, na linha de frente do povo vitorioso, estava o PCdoB, envolto em sua rubra bandeira de luta.

Os comunistas, contudo, pagaram preço elevado por essas jornadas. Dezenas de seus dirigentes e militantes foram mortos, ou em combate, ou nas torturas, ou friamente assassinados.

Neste 16 de dezembro de 2006 completam-se 30 anos desse crime contra o Partido – o último grande massacre praticado pela ditadura militar –, a Chacina da Lapa. Reverenciando os três camaradas dirigentes que tombaram nesse episódio – Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Franco Drummond – os subscritores deste texto, por terem estado na casa da Lapa e sido presos na mesma oportunidade, relembramos aqui aspectos do acontecido para honrar os que tombaram e educar as novas gerações de combatentes.

Em 1976 a ditadura caminhava para seus 13 anos. Apresentava sinais de desgaste. Para vencer a chamada “guerrilha urbana”, teve de forjar tiroteios e assassinar jovens rebeldes. Para vencer a Guerrilha do Araguaia teve de empreender três anos de lutas, fazer grande deslocamento de tropas, montar três campanhas de aniquilamento e estabelecer férrea censura para impedir que a notícia da Guerrilha fosse ao conhecimento público. E depois de tudo isso, a direção do Partido que comandara o Araguaia acabou não sendo desarticulada.

Na busca dessa direção partidária, Carlos Nicolau Danielli, Lincoln Oest, Luis Guillardini e Luis Bicalho Roque – todos dirigentes – foram presos e mortos na tortura. Mas a tortura – após 1969, aplicada amplamente – passou a ser tão desmascarada dentro e fora do Brasil que o regime começou a ficar, nesse terreno, na defensiva. Conforme o novo general-presidente, Ernesto Geisel, haveria “distensão lenta, gradual e segura”. E eis que o jornalista Wladimir Herzog e o dirigente sindical Manoel Fiel Filho são presos. E assassinados. Para não se desmoralizar, Geisel teve de demitir o comandante do Exército localizado em São Paulo e nomear um outro, que chegou dizendo que não haveria torturas sob o seu comando. A ditadura já sentia

necessidade de se explicar, porque estava moral e politicamente enfraquecida. Mas sua força repressiva continuava intacta e enfrentava um problema não-resolvido: a Direção do partido que comandara o Araguaia continuava articulada e seu dirigente principal – principal responsável pelo Araguaia –, João Amazonas, continuava vivo, e em liberdade. A ditadura considerava isto inaceitável. Concentrou-se, assim, na procura daquele núcleo de direção.

Na ocasião, a agenda do Partido encontrava-se em mudança, acompanhando a mudança da conjuntura: o enfraquecimento da ditadura e o aumento da resistência democrática. Em pauta estavam: a revisão da experiência do Araguaia, para a retirada dos ensinamentos, e os encaminhamentos ligados às três bandeiras centrais do momento, segundo o pensamento do Partido: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita; pela revogação dos atos e leis de exceção; e pela convocação de uma Constituinte livremente eleita.

Uma reunião do Comitê Central estava prevista e sendo convocada. Por precaução, alguns de seus membros ficariam de fora. Ocorreu um fato imprevisto: Amazonas, que iria participar da reunião, teve de viajar, na véspera, ao exterior, juntamente com Renato Rabelo, por decisão tomada no âmbito da Comissão Executiva. O conjunto só ficou sabendo dessa viagem quando a reunião foi aberta por Pedro Pomar.

Na Rua Pio XI, na Lapa, em São Paulo, havia uma casa onde se reunia o Comitê Central. O deslocamento dos dirigentes para o local era feito de forma absolutamente sigilosa. Ninguém ficava sabendo para onde iam. Para o lugar desconhecido, todos eram levados de olhos fechados, por um mesmo guia – Elza de Lima Monnerat.

A reunião do Comitê Central, antecedida de outra da Comissão Executiva, ocorreu entre os dias 14 e 15 de dezembro de 1976. Dela participaram Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Haroldo Lima, Aldo Arantes, Elza Monnerat, Wladimir Pomar, Jover Telles, João Batista Franco Drummond e José Novais. Arroyo havia chegado da frente do Araguaia há pouco tempo.

Como previsto, a reunião procedeu a uma nova rodada de avaliação das lições do Araguaia. Documentos já estavam escritos, pontos de vista diferenciados já vinham aparecendo desde momentos anteriores. O tema foi mais uma vez investigado, pela sua importância, mas, naturalmente sem a pretensão de chegar a opiniões conclusivas – como foi esclarecido, desde o início, por Pomar. Todos falaram. Destoou a intervenção de Jover Telles, agressiva, exageradamente crítica, com convicções radicalizadas, afirmando já estar na hora de decisões conclusivas. A reunião rechaçou-o. Outros itens da pauta foram tratados normalmente.

Após a reunião, na noite do dia 15, iniciou-se a saída dos participantes do evento. Wladimir Pomar e João Baptista Drummond foram os primeiros

a sair, ao anoitecer. Haroldo Lima e Aldo Arantes foram levados para fora, mais tarde. Drummond, antes de sair, colocou documentos em um pacote de biscoito, fato que auxiliou na caracterização de seu assassinato.

O carro, com Elza como guia, deixou Wladimir e Drummond distantes da Lapa e voltou para apanhar a outra dupla, Haroldo e Aldo. Wladimir e Drummond foram presos após o desembarque, mas o carro voltara sem se aperceber de nenhuma anormalidade. Haroldo e Aldo saíram depois, e, sob aparente tranquilidade, são deixados no final da Av. Brigadeiro Luis Antonio, nas proximidades do Ibirapuera. Aldo é preso pouco depois, na Estação Paraíso do Metrô. Haroldo foi seguido até sua casa, sendo preso no dia seguinte, logo que a deixara, ficando agentes da repressão dentro de sua residência por três dias, com sua companheira e filhas detidas, dizendo estar esperando o Haroldo voltar. A família tinha ficado com a impressão de que Haroldo, como não chegasse, havia conseguido escapar. Mas, as torturas começaram logo após as prisões.

A partir de determinado momento, a tortura a Aldo parou e ele foi levado para uma cela algemado. Ali ouviu confusamente uma discussão. O suficiente para perceber que algo de grave havia ocorrido. Mais tarde, já no Presídio Tiradentes, Wladimir relatou ter ouvido que o rapaz que estava com o pacote de biscoitos havia morrido. Segundo a versão oficial, Drummond havia sido “atropelado”. Muito magro, Drummond morreu na tortura.

No dia seguinte, José Novais e Jover Teles saíram do “aparelho” junto com Elza e o motorista Joaquim Celso de Lima. Num determinado momento, notaram que estavam sendo seguidos. Combinaram com o motorista para tentar despistar e quando conseguisse, pararia o carro e daria fuga aos dois dirigentes. E assim foi feito. Logo que Jover e Novaes deixaram o carro, a repressão abalroou o automóvel e prendeu Elza e Joaquim.

Investigações partidárias descobriram, depois, que Jover tinha sido o responsável pela queda da Lapa. Preso antes, no Rio de Janeiro, de fato não tinha como indicar onde seria a reunião próxima do CC, mas assumiu o compromisso de deixar-se seguir – ele que seria levado à reunião do CC, onde estaria, entre outros, João Amazonas, o homem do Araguaia. A não prisão de Jover e Novais foi uma farsa montada para fazer supor que os dois haviam evadido. Prender Novais sozinho despertaria suspeita.

Na manhã do dia 16, numa ação combinada dos I, II e III Exércitos, a repressão partiu para matar quem estivesse na casa da Lapa. Não deu qualquer oportunidade de rendição a ninguém. Pedro Pomar e Ângelo Arroyo não receberam voz de prisão, nem foram advertidos ou chamados a se entregar. Foram sumariamente fuzilados. Maria Trindade, cozinheira da casa, deitou-se durante o tiroteio e foi presa. A versão oficial voltou à mesma batida mentira: houve um tiroteio e os dois comunistas morreram.

Na casa não havia armamento. Conforme declaração de um chefe militar, a repressão se considerava enganada, pois, diferentemente da informação que tinha, Amazonas não estava na casa. Jover não sabia da viagem do João.

Dos presos, Haroldo, Aldo, Wladimir e Elza foram conduzidos, encapuzados, a um avião que os levou ao Rio de Janeiro, pois o I Exército, ali sediado, chefiava a operação. Elza entrou no avião repetindo, como um refrão: “covardes, covardes”. Haroldo chamava por Dias (Aldo Arantes) e obteve resposta. Assim, íamos tomando conhecimento de quem estava preso.

No Rio de Janeiro, no início das torturas, manchetes de jornais foram mostradas a Haroldo, que assim percebeu a magnitude do golpe sofrido pelo Partido. A sua reação foi pronta: nu, sob um capuz, e na frente de agentes da ditadura, fez vigorosa denúncia das atrocidades que aquele regime cometia no Brasil, e da absurda política de se tratar o povo como inimigo interno da Pátria.

A tortura no Rio foi contínua, Aldo e Haroldo se viram apenas uma vez, de longe. A “cadeira do dragão”, os espancamentos e a “geladeira” eram usados sistematicamente.

Como o controle repressivo sobre a imprensa já não era tão completo, as mortes dos camaradas e nossa prisão ganharam os jornais – se bem que, em geral, segundo a versão da ditadura. De qualquer maneira, desencadeou-se um grande movimento de solidariedade internacional, principalmente na França e em Portugal. Em Lisboa fizeram a música *Sangue em flor* da qual há versos como “Foi na noite dos chacais/ Foi no Brasil dos generais/ Morrendo pela revolução/ Foi Pedro, Ângelo e João/ Companheiros imortais”.

Passada a fase de onze dias e onze noites de torturas no Rio de Janeiro, na tristemente famosa Rua Barão de Mesquita, fomos transferidos para São Paulo, onde ainda houve torturas, principalmente no DOI-CODI, na também tristemente famosa Rua Tutóia. A prisão era em celas solitárias do DOPS paulista, onde ficávamos inteiramente nus, sem qualquer objeto, dormindo em uma cama de cimento, junto ao vaso sanitário. À noite, Haroldo, deitando-se no chão, assobiava por baixo da porta a Internacional, que era respondida por Aldo. O contato assim estava feito, o Partido funcionando, a moral levantada.

Aproximadamente um mês depois, nosso advogado Luiz Eduardo Greenhalgh esteve com Aldo, acompanhado de sua mãe. Viram as marcas da tortura. A mãe de Aldo foi ao Cardeal Dom Evaristo Arns denunciar o que havia visto. Em seguida, seguindo sugestão do Cardeal, fez carta que foi publicada na grande imprensa – fato ocorrido pela primeira vez naqueles tempos.

Por ocasião de nosso julgamento pela Auditoria Militar de São Paulo, apresentamos cartas-denúncia das torturas a que fomos submetidos, lidas no julgamento. Posteriormente, por intervenção do então presidente do

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faoro, essas cartas foram publicadas em *O Globo*. Esta foi também a primeira vez que a grande imprensa divulgava denúncias de tortura formuladas pelos próprios torturados. Mais um sinal de que o declínio da ditadura continuava. A própria *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 3 de setembro de 1977, disse estar o governo “diante de uma denúncia de inegável gravidade e dela não poderá fugir. O procedimento esperado é o da apuração rigorosa dos crimes cometidos contra os direitos humanos, alegados nas petições enviadas à II Circunscrição da Justiça Militar, e a punição dos responsáveis por essa tentativa de retorno a negros tempos”. Evidentemente, nada foi apurado, mas nosso objetivo havia sido alcançado: desmascarar cada vez mais a sanha repressiva da ditadura.

Já estávamos há quase três anos em cadeia-política quando houve a Anistia, conquistada, embora com limitações, pelo movimento democrático cada vez mais crescente. Depois da Anistia, na primeira eleição, em 1982, nos candidatamos a deputado federal e fomos para o Congresso Nacional. A luta continuava, na nova trincheira conquistada, a da frente parlamentar.

Veio a grande campanha das Diretas Já! e a derrota dessa campanha no Parlamento. Alguns se desesperaram. O Partido ajudou muitas forças democráticas do país a compreenderem que o objetivo central era pôr fim ao regime ditatorial e, não sendo possível atingir esse objetivo através de uma eleição direta, caberia às forças conseqüentes, democráticas e revolucionárias perseverar na busca do fim do regime, mesmo se fosse preciso ir ao Colégio Eleitoral. E, assim, a ditadura foi encerrada na eleição de Tancredo, após o que a Constituinte foi convocada.

O relato destes fatos tem por objetivo lembrar momentos trágicos da história política brasileira e os graves prejuízos causados pela ditadura militar ao nosso País. Traz à tona, por outro lado, o importante papel exercido pelo Partido Comunista do Brasil na luta pela democracia e contra a ditadura militar.

Aproveitamos esta oportunidade para prestar nossa homenagem a todos os que tombaram na luta contra a ditadura, com destaque para Maurício Grabois, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, Lincoln Oest, Osvaldo Costa (Osvaldão), Jorge Leal, Elenira Rezende, João Batista Franco Drummond e, mais ainda, Carlos Marighela, Carlos Lamarca e tantos outros.

A história comprova que, quando mulheres e homens destemidos se levantam e lutam por causas grandiosas, como a liberdade, a democracia e o socialismo, aí sim, avanços marcantes ocorrem.

Honra e Glória aos que tombaram na Chacina da Lapa.

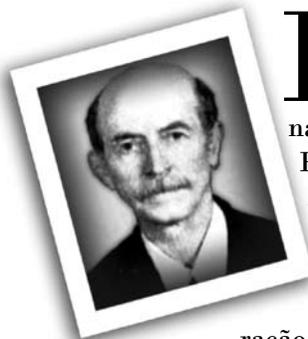
Honra e Glória aos que tombaram na luta pela liberdade de todos os povos.

Honra e Glória ao Socialismo.

NOTAS BIOGRÁFICAS DE POMAR, ARROYO E DRUMMOND



PEDRO POMAR



Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar é um dos mais conhecidos e destacados dirigentes comunistas do nosso país. Militou por quarenta e dois anos nas fileiras do Partido Comunista do Brasil. Nasceu no Estado do Pará, no dia 23 setembro de 1913, e morreu, assassinado, no dia 16 de dezembro de 1976.

Membro da direção local da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do Partido Comunista do Brasil, em 1936 sofreu sua primeira prisão. Depois da instauração da ditadura do Estado Novo, em 1937, foi processado três vezes pelo Tribunal de Segurança Nacional. No dia 16 de junho de 1941 foi condenado à pena de dois anos de prisão. No início da noite do dia 5 de agosto do mesmo ano, fugiu da prisão junto com outros cinco comunistas – entre eles João Amazonas.

Pomar e Amazonas dirigiram-se ao Rio de Janeiro, onde entraram em contato com a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), constituída por dirigentes comunistas locais – entre eles, Maurício Grabois – com o objetivo de reorganizar o Partido depois dos ataques devastadores do Estado Novo. A mãe de Pomar morava no Rio de Janeiro e os abrigou por dois dias – depois foram morar numa pensão. No final de 1942, com a CNOP consolidada, Pomar já era um de seus principais dirigentes. Quando o Partido foi reorganizado na Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943, foi eleito para o Comitê de Organização Nacional e seguiu para São Paulo, onde reorganizou o comitê estadual.

De volta ao Rio de Janeiro, assumiu a Secretaria de Cultura do Partido – responsável pelas atividades de formação e de cultura. Nessa função, idealizou o “Movimento de Ajuda à Imprensa Popular”. Por conta dessa iniciativa, em 22 de maio de 1945 saiu o primeiro número do jornal *Tribuna Popular*, dirigido por Pomar e comandado por um coletivo de que faziam parte o grande poeta Carlos Drummond de Andrade e outros intelectuais da linha de frente da cultura brasileira. Como dirigente desse jornal, Pomar foi um dos principais responsáveis pela política de ampliação das atividades do Partido e visitou vários países da América Latina. Em 1946, esteve em Argentina, Uruguai, Paraguai e México.

As atividades de Pomar também abrangiam o contato com a intelectualidade. Nessa época, ele e Jorge Amado publicaram o livro *O Partido Comunista e a Liberdade de Expressão*, uma coletânea de artigos e discursos.

sos. O jornal *Tribuna Popular* publicava uma concorrida seção cultural de três páginas. Nela se publicavam autores não-filiados ao Partido, mas que “divergiam honestamente dos comunistas”. Entre eles, Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade e Vinícius de Moraes. Eram também publicados textos de escritores comunistas, como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Astrojildo Pereira. Pomar comandou a resistência a três ataques da repressão à *Tribuna Popular* – um deles promovido por um bando armado.

Pomar teria uma notável atividade cultural – mais tarde ele traduziria, entre outras obras, os dois primeiros volumes (de um total de quatro) do livro *Ascensão e Queda do III Reich* e da defesa do revolucionário cubano Fidel Castro perante o tribunal que o julgou em decorrência do ataque ao quartel de Moncada – intitulado *A História me Absolverá*. Foi um dos principais articuladores da aliança política com Adhemar de Barros para a eleição suplementar à Assembléia Constituinte de 1946, realizada em janeiro de 1947. Além dele, foi eleito pelo Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros o dirigente comunista Diógenes Arruda Câmara. Em 1953, Pomar integrou a delegação do Partido que passou um ano e meio estudando na União Soviética. Quando a crise decorrente do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) foi deflagrada, ele logo tomou posição a favor da defesa dos princípios comunistas.

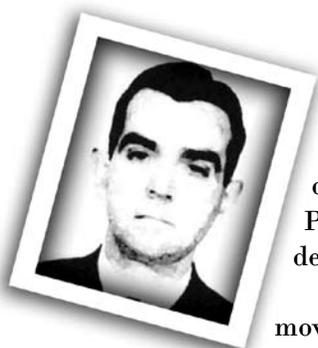
Durante os debates do V Congresso do Partido, que seria realizado em 1960, Pomar foi um dos que se destacaram no combate às idéias revisionistas. Quando surgiu o movimento de contestação às manobras que criaram um novo partido comunista, manifestado principalmente por meio da Carta dos Cem, ele foi “expulso” do PCB recém-criado e do qual julgava não fazer parte. Segundo o novo partido, o “grupo Amazonas-Grabois-Pomar” havia sido expulso por atividades “fracionistas”.

Pomar esteve na linha de frente da reorganização do Partido, em 1962. Logo, ele assumiria a função de redator-chefe do relançado jornal *A Classe Operária*. Durante a ditadura militar, representou o Partido em viagens à China e à Albânia. No final da década de 1960, chefiou um grupo de comunistas na região do Vale do Ribeira, em São Paulo, quando o Partido pesquisava os melhores locais para instalar a luta armada contra o regime militar. Já no início dos anos 1970, voltou a dirigir *A Classe Operária* – função assumida após o assassinato, pelos militares, do então responsável pelo jornal, Carlos Nicolau Danielli.

Na manhã do dia 16 de dezembro de 1976, seria a vez de Pomar ser assassinado pela repressão. Nove integrantes do Comitê Central haviam se reunido nos dias 14 e 15. No segundo dia à noite, uma parte dos dirigentes

começou a deixar o local. No amanhecer do dia 16, a casa onde se realizava a reunião foi metralhada. Morreu no local, além de Pomar, Ângelo Arroyo. Terminou assim, aos 63 anos de idade, a trajetória do notável dirigente comunista Pedro Pomar. No final da nota biográfica publicada em honra à sua memória no jornal *A Classe Operária*, na edição de janeiro de 1977, afirmasse: [Pomar foi uma] “pessoa de elevada moral, sempre levou uma vida modesta e inteiramente dedicada ao Partido e à revolução. Homem de cultura, foi estudioso da história do Brasil, esforçando-se por interpretar o passado do país à luz do marxismo-leninismo. O assassinato de Pedro Pomar, destacado dirigente comunista, priva a classe operária e o povo brasileiro da colaboração eficiente e inteligente de um de seus melhores filhos”.

ÂNGELO ARROYO



Angelo Arroyo nasceu em São Paulo em 6 de novembro de 1928. Filho de família proletária, ingressou no Partido Comunista do Brasil em 1945. No ano seguinte, por suas qualidades e dedicação, foi eleito membro do Comitê Regional de São Paulo e Secretário do Comitê Distrital da Mooca, bairro de grande concentração operária.

Metalúrgico desde jovem, foi um ativo militante do movimento sindical no seu estado. Destacou-se como um dos dirigentes da histórica greve geral que paralisou o proletariado paulista em 1953. Foi um dos principais organizadores do Partido Comunista entre operários, formando células em diversas fábricas. No IV Congresso do PC do Brasil, realizado em 1954, foi eleito para o Comitê Central. Sua grande tarefa continuou sendo a construção do Partido junto à classe operária.

Ao longo de sua atividade revolucionária foi preso por várias vezes e sempre se comportou com altivez ante os policiais e torturadores, sendo um exemplo de dignidade aos seus camaradas. Arroyo tinha consciência do papel dirigente que os operários deveriam desempenhar tanto no Partido Comunista como nas lutas pela conquista do socialismo. Por isso, dedicou-se ao estudo do marxismo-leninismo e da realidade brasileira.

Quando as teses reformistas começaram a ganhar corpo no interior do Partido, especialmente após o XX Congresso do PCUS, em 1956, Arroyo foi um dos seus opositores. Discordou da Resolução de Março de 1958 e das

teses aprovadas no V Congresso do Partido em 1960. Ao lado de Amazonas, Grabois, Pomar e outros, engajou-se na luta contra a transformação do Partido Comunista numa organização de tipo social-democrata.

Em agosto de 1961, quando a direção partidária tentou registrar um novo programa e estatuto, em que, entre outras coisas, alterava o nome da legenda para Partido Comunista Brasileiro, os revolucionários enviaram uma carta assinada por 100 militantes exigindo a convocação de um novo congresso partidário. O nome de Arroyo estava entre os que encabeçavam tal documento.

Os principais signatários desta carta foram expulsos do Partido. Arroyo, Pomar e José Duarte organizaram a resistência na capital paulista. Nos embates que se seguiram, os distritais da Mooca e do Tatuapé, dois importantes centros operários, ficaram com eles.

A cisão era inevitável e, em fevereiro de 1962, a corrente revolucionária realiza uma Conferência Nacional Extraordinária em São Paulo, visando a reorganizar o Partido Comunista do Brasil. Arroyo foi um dos seus principais organizadores, sendo eleito para a Comissão Executiva do Partido.

Após o golpe militar de março de 1964, ele entrou na clandestinidade. A ditadura militar cassou seus direitos políticos por dez anos e o condenou à revelia a onze anos de prisão. Então passou a trabalhar nas áreas rurais do interior do país, convivendo intimamente com os camponeses pobres de várias regiões.

Seu objetivo era construir as bases de uma revolução que colocasse fim à ditadura militar e conquistasse um novo poder político de caráter popular, democrático e nacional. Para realização bem-sucedida desta tarefa, Arroyo se dedicou a estudar os movimentos populares armados tanto do exterior quanto do Brasil. Desse estudo procurou extrair as lições que permitissem construir um poderoso movimento de massas antiditatorial no interior do país.

Arroyo, ao lado de Grabois e Amazonas, foi um dos principais organizadores do trabalho entre os camponeses do sul do Pará. Ali estava quando, em abril de 1972, o Exército ocupou a região e atacou as bases montadas pelo PCdoB. Foi um dos comandantes da resistência armada que se seguiu, conhecida como Guerrilha do Araguaia. A Guerrilha resistiu heroicamente até 1974, quando seus últimos combatentes foram assassinados.

No início de 1974, Ângelo Arroyo conseguiu furar o cerco imposto pelas Forças Armadas à luta guerrilheira no sul do Pará e reencontrar-se com os membros da direção nacional do Partido. Arroyo é autor de um valioso relatório no qual apresenta um balanço aprofundado da Guerrilha do Araguaia. Por ter sido o único comandante guerrilheiro a sobreviver à operação de

cercos e extermínio promovido pela Ditadura Militar, tornou-se um homem “marcado para morrer”. No dia 16 de dezembro de 1976 foi brutalmente assassinado, quando os órgãos de repressão atacaram a modesta casa na qual havia se reunido a direção nacional do PCdoB. Tombou metralhado, ao lado do seu velho camarada Pedro Pomar.

JOÃO BATISTA FRANCO DRUMMOND



João Batista Franco Drummond nasceu em Varginha, Minas Gerais, em 28 de maio de 1942, filho de João Baptista Moura Drummond e Zilah Carvalho Drummond.

Em 1961 ingressou no Curso de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais, onde foi eleito presidente de seu Diretório Acadêmico em 1964. Foi um dos principais organizadores dos 27º e 28º Congressos da União Nacional dos Estudantes em seu estado. Ainda estudante ligou-se ao movimento camponês no sul de Minas, ajudando-o a desenvolver a luta pela reforma agrária. Após o golpe militar teve de entrar na clandestinidade. Deixou Minas e se dirigiu para o Nordeste do país.

Foi um jovem bastante interessado pelos problemas sociais brasileiros. O anseio por mudanças levou-o cedo a abraçar a causa do socialismo. Ingressou na Ação Popular (AP), organização da esquerda católica que depois adotou o marxismo-leninismo. Na AP foi responsável pela Secretaria de Organização e membro de seu Comitê Político. Entre 1969 e 1970 foi julgado e teve seus direitos políticos cassados por dez anos e condenado, à revelia, a quatorze anos de prisão.

A luta política e ideológica aproximou-o do Partido Comunista do Brasil, organização política à qual passou a ter grande respeito e simpatia. Desde então se uniu ao grupo majoritário que na Ação Popular defendia a unidade e, depois, sua incorporação ao PCdoB.

Em 1972, antes mesmo dessa incorporação, Drummond e todo o setor por ele dirigido ingressaram nas fileiras comunistas. Em seu novo partido passou a exercer a função de dirigente regional e buscou, apesar da dura clandestinidade, enraizar o trabalho do PCdoB entre as massas da cidade e do campo.

Uma de suas facetas menos conhecidas foi o seu amor pela fotografia.

Drummond era um excelente fotógrafo. Chegou a ganhar prêmios nacionais concorrendo com pseudônimos. E, trabalhando como fotógrafo, ele sustentou sua família nos anos de clandestinidade.

Entre o final de 1972 e o início de 1973 o PCdoB foi alvo de dura repressão. A ditadura queria dismantelar o núcleo urbano do Partido que se constituía no apóio logístico à Guerrilha do Araguaia. Dezenas de militantes em todo o Brasil foram presas. Neste processo foram presos, torturados e assassinados Lincoln Oest, Carlos Danielli e Lincoln Bicalho Roque.

Em 1974, visando a preencher as lacunas em sua direção, Drummond foi eleito membro do Comitê Central. Naquele momento ele já sabia que tal decisão poderia lhe custar a vida.

Foi preso em 15 de dezembro de 1976, após sair da casa no bairro da Lapa, em São Paulo, onde se realizava a reunião do Comitê Central do Partido. Foi levado ao DOI-CODI paulista e ali foi barbaramente torturado e morto. Poucas horas depois seriam chacinados Pedro Pomar e Ângelo Arroyo.

Segundo o relatório do Ministério da Aeronáutica, Drummond “foi morto em confronto com agentes dos órgãos de segurança”. Por sua vez, pelo relatório do Ministério da Marinha, ele “foi morto num tiroteio em 16 de dezembro de 1976 no bairro da Lapa quando a casa em que se encontrava com outros companheiros foi invadida pelos agentes de segurança”.

Mas a versão oficial da ditadura foi a do comandante do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro, segundo a qual a causa da morte de Drummond foi um atropelamento ocorrido na Avenida 9 de Julho, na capital paulista.

Assim falaram sobre ele suas irmãs: “As palavras são pobres para transmitir a riqueza de sua pessoa: tranqüilo, inteligente, paciente, sério, criativo, persistente, carinhoso, contemplativo e decidido, filho, irmão, esposo e pai dedicado. Hoje sabemos que você, na sua loucura amorosa pela Pátria, pelos valores coletivos – essência exclusiva daqueles capazes de provocar mudanças para melhor na humanidade – subestimou a repressão. Assim, perdemos sua presença, sentimos e choramos sua falta, mas saiba que nunca duvidamos de sua certeza de que é possível um mundo melhor. Até hoje (...) a cada passo dado em direção à dignidade, continuamos com um sonho do qual tivemos o privilégio de participar”.

ELZA MONNERAT

O Secretariado Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Em 1976, no episódio que ficou conhecido como Chacina da Lapa, já sexagenária, Elza foi presa e torturada. Na prisão teve um comportamento ativo e digno. Apesar de ter sofrido violências covardes, nada disse aos verdugos e, ainda, mesmo idosa, participou de uma greve de fome pela Anistia



No último dia 11 de agosto faleceu Elza Monnerat, histórica dirigente do Partido Comunista do Brasil. Com 91 anos de idade, ela foi por mais de meio século uma abnegada militante e dirigente comunista.

Elza era descendente de uma humilde família de imigrantes suíços. Nasceu e viveu até o início da juventude na região serrana do Rio de Janeiro, na área do município de Sapucaia. A mais velha, entre os irmãos, ajudou a mãe a criá-los e, mais tarde, já moça, para contribuir com o orçamento da família, trabalhou dando aulas para crianças.

No início dos anos 1930, mudou-se para Niterói. Estudou, fez o curso Madureza e tornou-se professora primária. Tempos depois, em 1939, por concurso, passou a ser funcionária pública.

Quando menina e adolescente, pelos jornais que seu pai recebia no sítio, Elza tomou conhecimento do levante do Forte de Copacabana e, posteriormente, dos feitos épicos da Coluna Prestes. O heroísmo dos protagonistas desses episódios e mais o contato com as injustiças sociais levaram-na a cultivar, desde cedo, o sonho de ser uma revolucionária, de ser uma pessoa com a vida dedicada à luta por uma nova sociedade na qual o povo tivesse uma vida digna.

De fato, já adulta, Elza se revela uma mulher avançada para seu tempo. Engaja-se na atividade política, algo pouco comum às mulheres da época. Em 1942, participa no Rio de Janeiro das jornadas contra o nazi-fascismo e a Ditadura Vargas. Noutro plano, demonstrando intrepidez, apaixonou-se pela prática do montanhismo. Seu “batismo” nesse esporte foi em Agulhas Negras.

Seu sonho adolescente de ser uma cidadã comprometida com a luta por

um mundo novo amadurece e se torna realidade em 18 de abril de 1945, quando se filia ao Partido Comunista do Brasil. De lá para cá foram quase 60 anos de militância comunista. Atuou inicialmente na célula de base do IAPI, órgão público em que trabalhava. Depois, por um bom tempo, abraçou uma tarefa tida por muitos como espinhosa: arrecadar finanças para o Partido. Aliás, essa viria a ser uma das principais marcas da militância de Elza. Sempre trazia a si tarefas difíceis, sem projeção pública, sem ribalta ou holofotes, mas imprescindíveis ao Partido.

Em fevereiro de 1962 participou da Conferência Extraordinária que garantiu ao Partido Comunista do Brasil sua continuidade na trilha revolucionária. Nesta Conferência foi eleita para o Comitê Central e passou a atuar com João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, dentre outras destacadas lideranças comunistas. Nessa época, trabalhou como revisora do jornal *A Classe Operária*, periódico que circula até hoje e que cumpriu importante papel na luta teórica e política para reorganizar a legenda comunista.

O golpe militar de abril de 1964, de modo progressivo, instaura um regime truculento no país que sepulta a democracia, prende, tortura e assassina todos quantos ousassem lutar pela liberdade. Pela liberdade, nestas circunstâncias, o PCdoB é impelido a recorrer à luta armada contra a ditadura e organiza a Guerrilha do Araguaia. Elza, na região da luta guerrilheira chamada D. Maria, foi uma das primeiras a chegar ao sul do Pará. Ajudou a escolher a área que seria o cenário do conflito e era uma das responsáveis pelo deslocamento dos militantes das cidades à região do Araguaia.

Nesse período da ditadura, o PCdoB atuava sob rigorosa clandestinidade. Seus militantes eram caçados pela polícia política. Elza aceitou realizar um trabalho da mais alta responsabilidade. Ela montava os chamados “aparelhos”, casas onde a direção do Partido pudesse se reunir em segurança e cuidava, também, dos deslocamentos a endereços secretos; em suma, exerceu um trabalho que permitia ao Partido atuar nos “subterrâneos da liberdade”.

Em 1976, já sexagenária, no episódio conhecido como Chacina da Lapa, Elza foi presa e torturada. Na prisão teve um comportamento altivo e digno. Apesar de ter sofrido violências covardes, nada disse aos verdugos e, ainda, mesmo idosa, participou de uma greve de fome pela Anistia.

Na prisão ou vivendo em liberdade, Elza se destacava, também, pela solidariedade e presteza em ajudar os companheiros de luta e as pessoas do povo.

No dia 31 de agosto de 1979, por força da Lei da Anistia, ela é libertada. Um ano depois, em 1980, volta à região da Guerrilha do Araguaia, integrando a Caravana dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia. E, desde essa caravana, ela passa a dar o melhor de si para divulgar o legado da guerrilha

e a memória dos guerrilheiros e das guerrilheiras. Em especial, Elza realizou o trabalho de organizar a luta dos familiares dos combatentes pelo direito sagrado de enterrarem os restos de seus entes queridos em túmulo honroso. Luta essa que prossegue até os dias de hoje.

Elza, a professora primária da região serrana do Rio, a funcionária pública do IAPI, a montanhista que amava a altura do cimo dos morros; Elza, a militante de célula de base, a revisora do jornal *A Classe Operária*; Elza, a integrante do Comitê Central do PCdoB desde 62, a dona Maria do Araguaia; Elza, a que sabia ocultar e proteger seus camaradas do faro sangüinário da polícia dos opressores, a que trazia para si as tarefas difíceis; Elza a que tinha a simplicidade, a bravura, a sensibilidade, a ternura, a coragem da mulher brasileira.

Uma vida assim, como a de Elza Monnerat, dedicada ao Brasil e ao povo, à causa do socialismo, à luta dos trabalhadores, à construção do partido dos operários e dos oprimidos, continuará presente por incontáveis gerações como fonte de energia à jornada emancipadora.

São Paulo, 13 de agosto de 2004.

SANGUE EM FLOR

(Grupo de Ação Cultural Vozes na Luta, de Portugal)

Foi na noite dos chacais
Foi no Brasil dos generais
Morrendo pela revolução
Foi Pedro, Ângelo e João
Companheiros, sereis imortais.

Brasil, irmão
Teu povo vencerá
Para vingar a tua dor
O sangue em flor renascerá.

Brasil, irmão
Teu povo vencerá.
Para vingar a tua dor
O sangue em flor renascerá.

Onze vidas na prisão
Com planos de justiça e pão
Nas mãos sangrentas da tortura
Não há sol na ditadura
Nem sangue que vença a razão.

Brasil, irmão
Teu povo vencerá.
Para vingar a tua dor
O sangue em flor renascerá.

Brasil, irmão
Teu povo vencerá.
Para vingar a tua dor
O sangue em flor renascerá.

Companheiros de lutas
Somos milhões todos iguais
Lutando para vos libertar
Unidos todos a gritar
Que já sois o sol que anunciais

“Cena” montada pelos agentes da repressão para simular um combate que não houve



**Ato realizado em Lisboa em homenagem aos mortos da Lapa.
Discursante: Augusto Boal**

Ângelo Arroyo



**Pedro
Pomar**



**João Batista
Drummond**



**Heróis da luta pela
democracia e pelo
socialismo**